

REDES INTERSETORIAIS NO SUAS: A CONSTRUÇÃO DA INTEGRALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/ BRASIL.

Resultado de pesquisa concluída.

GT de Trabalho: N°08 - Desigualdades, vulnerabilidades e exclusão social.

Waleska Ramalho Ribeiro¹,
Francisca das Chagas Fernandes Vieira²,
Marinalva de Sousa Conserva³.

RESUMO

O presente artigo é fruto de estudo dissertativo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPB, cuja temática versou sobre a construção do trabalho em redes intersetoriais nos territórios de proteção básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social no município de João Pessoa/Brasil. O referencial teórico considerou o território como variável determinante na organização das cidades em suas múltiplas expressões, inclusive para a gestão das políticas sociais, se compondo assim, numa pesquisa qualitativa. O resultado do estudo demonstra o trabalho em rede uma nova pedagogia de trabalho que possa dar sentido à integralidade entre as políticas públicas na perspectiva da garantia plena de direitos sociais.

Palavras-chave: Redes, Intersetorialidade e Proteção Social.

ABSTRAT

El presente artículo es fruto de estudio disertativo del Programa de Pós-Graduación en Servicio Social/UFPB, cuyo tema versó sobre la construcción del trabajo en redes intersectoriales en los territorios de protección básica en el ámbito del Sistema Único de Asistencia Social en la ciudad de João Pessoa/Brasil. El referencial teórico consideró el territorio como variable determinante en la organización de las ciudades en sus múltiples expresiones, incluso para la gestión de las políticas sociales, componiéndose así, en una investigación cualitativa. El resultado del estudio demuestra el trabajo en red una nueva pedagogía de trabajo que pueda dar sentido a la integralidad entre las políticas públicas en la perspectiva de la garantía plena de derechos sociales.

Palabras-clave: Redes, Intersectorialidad, Protección social.

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; Assessora Técnica do Conselho Municipal de Assistência de João Pessoa/PB/Brasil.

² Assistente Social e Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba(UFPB).

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; Professora do Departamento e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba/ Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O CRAS é um equipamento público de proteção social básica e configura um importante canal de operacionalização e descentralização da política nacional de assistência social nos territórios vulneráveis. É a partir dele que a população acessa todos os serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A configuração do trabalho em rede intersetorial no CRAS é determinada por um arcabouço de regulação que fazem parte do marco legal da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), os quais foram fonte de pesquisa deste estudo, o Guia de Orientação Técnica do CRAS, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Norma Operacional Básica do SUAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Tipificação dos serviços socioassistenciais, Lei 12.435 aprovada em 2011, relatórios anuais das unidades CRAS e publicações de referência dessa temática.

O trabalho em rede deve promover a interligação com outros atores e instituições de maneira complementar e compartilhada, não existindo centro, mas uma construção de relações assimétricas, onde todos os atores são importantes para responder das demandas sociais. Para Junqueira (1998), essa ação se materializa como “um modo espontâneo de organização em oposição a uma dimensão formal e instituída” (JUNQUEIRA, 1998, p. 96).

Pautado nessa premissa e nas mudanças ocorridas no contexto social brasileiro, principalmente a partir da Constituição de 1988, em que o país assumiu um modelo de proteção social não contributivo que coloca a Assistência Social no tripé da Seguridade Social brasileira, o Estado é alvo de uma grande reforma administrativa, com adesão ao modelo gerencial, cuja origem se relaciona à crise de governabilidade e credibilidade do aparelho estatal, como também à crescente onda de globalização que desencadeou a adoção do modelo neoliberal.

É neste contexto contraditório de reforma política- econômica que o SUAS se materializa como um sistema que define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política pública de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões dos serviços, qualidade no atendimento aos usuários, numa lógica integrada e complementar as políticas setoriais, em que as práticas individualizadas, conservadoras e tuteladoras, aos poucos vão sendo redesenhadas numa perspectiva de afirmação dos serviços no patamar da proteção social⁴.

Essa linha de atenção vai exigir da assistência social, “um conjunto de ações de seguranças que se contraponham às incertezas sociais [...] que vai exigir ação intersetorial e integrada, não só das políticas sociais, mas também, entre essas e as políticas econômicas e do sistema de justiça” (SPOSATI, 2007, p. 452).

Essa pesquisa é de natureza exploratória que visa proporcionar a aproximação com o objeto em investigação. No que se refere à forma de abordagem utilizamos o método qualitativo, uma vez que este possibilita o enfoque interpretativo dos fatos apresentados. Foram objeto desse estudo, quatro unidades CRAS, no qual fizeram parte da pesquisa empírica 24 gestores das redes intersetoriais, estes representam os técnicos das diversas políticas públicas presente nos territórios.

Segundo Moroni e Ciconello “[...] é chegado o momento de – atingida certa estruturação e normatização necessária de diversas políticas públicas – trabalhar pela integração entre elas, na perspectiva da indivisibilidade dos direitos”, o que significa atuar numa perspectiva da transversalidade entre as políticas públicas. (Moroni e Ciconello 2007, p. 80).

⁴ “[...] um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados [...], para redução e prevenção do impacto das vicissitudes ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, p. 19, 2005).

2. ABORDAGENS E CONCEITOS

Observa-se que na abordagem das redes sociais emergem conceitos com distintos enfoques. Diante disso, faz-se a seguir uma aproximação destas contribuições tendo em vista as diversas formas de abordagem dos autores.

Em diversas ciências, a categoria rede vem sendo utilizada com diferentes sentidos conforme a teoria que as articulam. Na ciência da Administração, o termo rede foi aplicado para analisar as redes organizacionais, empresariais e de controle, no setor de gestão e planejamento. Na ciência da Economia, a mesma adquiriu a noção na esfera do mercado de produção e consumo. Na ciência da informática, as novas tecnologias estão integrando o mundo, em redes globais de instrumentalidade. Segundo Castells (1998), “a comunicação mediada por computadores gera uma gama de comunidades virtuais” estas se expressam como um novo paradigma da tecnologia da informação, que irá penetrar em toda a estrutura social construída a partir de redes como sistemas abertos, dinâmicos, suscetível de inovação, sendo assim conhecida como redes sociais tecnológicas.

Na Antropologia, a corrente estruturalista teve seus primeiros estudos nas décadas de 1950 e 1960, quando a rede é entendida como campo de análise da estrutura social, contrapondo as formas vigentes de posição hierarquizadas das coisas. Em uma abordagem sociológica, a rede aponta para um movimento social de interações informais entre indivíduos. Os antropólogos estavam interessados nas redes sociais para explicar o comportamento que não podia ser explicado por um paradigma teórico estrutural-funcionalista, o qual mostra a existência de uma rede ativa de instituições que permitia dar conta da vida social do indivíduo.

Aos poucos, a categoria rede vem se tornando elemento estratégico nas ações desenvolvidas pelas políticas públicas como alternativa de gestão das demandas oriundas da população.

O significado etimológico da palavra deriva do latim *retis* e significa entrelaçamento de fios com coberturas regulares que formam uma espécie de tecido, malha. No dicionário da língua portuguesa, a rede está associada à noção de fios, cordas, entrelaçamento, fixados em malha que formam como que um tecido comum (Aurélio, p.406, 1997), indica fluxo, movimento que gere aproximação com as mais variadas áreas de conhecimento.

Para Junqueira, rede “é uma proposta de ação, um modo espontâneo de organização em oposição a uma dimensão formal e instituída” (JUNQUEIRA, 1998, p. 96). Rede é um conjunto de relações que constitui uma estrutura no interior da qual cada nó ocupa uma posição com características específicas.

Assim,

"rede é parceira voluntária para a realização de um propósito comum. Implica, nesse sentido, a existência de entes autônomos que, movidos por uma idéia abraçada coletivamente, livremente e mantendo sua própria identidade, articulam-se para realizar objetivos comuns. As redes se tecem através do compartilhamento de interações e sentidos e da realização de ações articuladas pelos parceiros” (INOJOSA,1998, p. 1-2).

Para Castells, sua definição estabelece “[...] um conjunto de nós interconectados e que os nós dependem do tipo de rede” (CASTELLS, 1998, p. 566).

Encontramos distintas definições de rede, sua terminologia “no plural ou no singular, é usado para definir sistemas que se encontram conectados, malhas de comunicação, estratégias empregadas por indivíduos ou a “forma” das relações sociais” (SANICOLA, 2008, p. 13).

Conforme estudo trazido por Castells (1998), a sociedade atualmente apresenta tendência em se organizar através de redes.

“[...] o estudo sobre as estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade e a experiência humana leva a uma conclusão abrangente: como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 1998, p. 565).

As redes, enquanto categoria de análise ganhou centralidade nas ciências sociais a partir de 1990, também foram incorporadas como ferramenta de trabalho nas instituições públicas para intervenção no espaço comunitário. Essa forma de organização trás uma nova forma de gerenciar respostas às demandas colocadas nos territórios em que a população vive.

Francisco Whitaker lembra que a estrutura em rede surge em contraposição à estrutura vertical, permitindo a horizontalidade das relações entre os membros:

“[...] O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo” (WHITAKER, 1998, p.01).

Diferentemente do sistema institucional rígido e hierárquico, as redes supõem uma estrutura extensa e horizontal, em que as relações intersetoriais adquirem potencial estratégico na administração pública.

Neste sentido, o trabalho em rede deve promover a interligação com outros atores e instituições de maneira espontânea e compartilhada, uma vez que na tipologia da rede “[...] não existe centro, mas apenas nós de diferentes dimensões e relações assimétricas, [...] onde todos os nós são necessários para existência da rede” (CASTELLS, 1998, p.11).

O uso das redes, paulatinamente, passou a ter valor operacional como elemento estratégico de intervenção na gestão das políticas sociais, essa forma de agir irá absorver sentidos que buscam romper com as formas particularizadas nos serviços públicos.

3. REDES INTERSETORIAIS E TERRITÓRIO: ENTRE A INTENÇÃO E O GESTO

As cidades da atualidade foram alvo de muitos processos de mudança, tanto na sua configuração física, como geográfica, governamental, populacional, econômica, ambiental e nas relações sociais.

A formação dos territórios brasileiros possui um enraizamento político vindo desde a época do descobrimento do Brasil. Nasceu na colônia, depois mesmo independente, enquanto império e, finalmente na promulgação da República arrastou consigo esse traço cultural de um modelo de governo patriarcal, que descaracteriza a cidadania e os direitos humanos, pois se projeta sobre a população com traços hierárquicos, autoritários, que transformam direitos em favores. (JEISS, 2010 p.199,).

A população brasileira está organizada em territórios, estes formam as cidades e suas expressões. Então, é nestes territórios que as relações sociais se expressão, é nele que as necessidades do povo que ali habita se colocam claramente para as políticas sociais.

Falar em território é também falar em movimento histórico de produção e reprodução das relações sociais, estas se manifestaram sob diversas formas, sejam elas mantidas pelo poder, pelo pertencimento ou identidade, ou até mesmo, pela condição vulnerável que se apresentava.

Segundo estudo apontado por Heasbaert⁵, o território possui três vertentes: a primeira jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; a segunda diz respeito à vertente cultural, em que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva; terceira reflete a vertente econômica, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (HEASBAERT, 1997, p. 41).

Assim o território

“deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva” (HEASBAERT, 1997, p. 41).

Na atualidade, mais precisamente desde os anos de 1990, as primeiras experiências de descentralização, esta bastante vinculada à municipalização, a categoria de território emerge, adquirindo paulatinamente crescente relevância no âmbito da assistência social.

Dentre os elementos essenciais dessa nova formatação de assistência social, se destaca na PNAS o território, como diretriz para a organização das ações no SUAS, cujos serviços devem obedecer a lógica de proximidade do cidadão e localizar-se naqueles territórios de incidência de vulnerabilidades e riscos sociais.

Essa perspectiva incorporada pela política trás mudanças nas ações públicas que devem pensar o território como lócus de produção de indicadores sociais para o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e desenhar uma rede que se articula para promover o acesso aos bens e serviços assistenciais.

Então, a compreensão do trabalho territorializado no SUAS desdobra-se na necessária compreensão das particularidades de cada território, tendo em vista as “potencialidades ativas dos territórios na constituição [...] das relações sociais e de poder” (KOGA, 2005, p. 68).

A centralidade dada ao território na implementação dos serviços assistenciais no SUAS também remonta para uma reflexão trazida por Milton Santos⁶, para ele o uso do território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam.

Por isso, a noção de território não pode ser um mero conceito e mecanismo de controle social dos mais vulnerabilizados, mas uma ação que possa gerar relações sociais entre a sociedade e o Estado.

A dimensão territorial deve traduzir “elementos que permitam uma perspectiva de totalidade da questão social: já que trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano” (KOGA, 2005, p. 39).

Nesse sentido a territorialização intra-urbana da gestão da assistência social passa a ser uma ferramenta organizativa de planejamento e execução da rede de serviços, programas e benefícios. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)⁷ materializa a presença do Estado no território,

⁵ **Rogério Haesbaert da Costa** é um geógrafo humano Brasileiro focado nos conceitos de território e região.

⁶ Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁷ Centro de Referência da Assistência social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade

este assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do SUAS, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Neste sentido, o mesmo deve possibilitar a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuir para o fortalecimento da cidadania. Ao eleger a territorialização, reconhece-se que a mobilização das forças territoriais e a integração de políticas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social. (MDS, p. 13-14, 2009).

4. A CIDADE DE JOÃO PESSOA: E OS TERRITÓRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL

A cidade de João Pessoa está localizada na região Nordeste do território brasileiro, segundo o censo 2010, a população é de **723.515** (setecentos e vinte e três mil, quinhentos e quinze) habitantes, distribuídos em 65 unidades territoriais composta de 59 bairros e seis regiões espaciais (IBGE, 2010). É a 3ª cidade mais antiga do Brasil

As transformações urbanas de João Pessoa são resultado da formação de um contingente de massa de trabalhadores, da capital e das cidades circunvizinhas, a chamada Grande João Pessoa, com baixos níveis de condições de moradia e de vida. Em 1989, a cidade já contava com 150 favelas, o que revela as contradições e desigualdades na ocupação e formação dos territórios intra-urbanos da cidade, exprimindo as complexas configurações sociais.

Os territórios da Proteção Básica de assistência social na cidade foi delimitada a partir de dois instrumentos balizadores na efetivação do SUAS, o primeiro estudo se materializa com a Topografia Social da cidade⁸, instrumento de gestão que aprofunda o diagnóstico das situações de vulnerabilidade social da cidade, tendo em vista a consolidação da política nos territórios. O estudo sinaliza importante salto na perspectiva de intervenção e olhar direcionado para consolidação de serviços socioassistenciais que garantam a defesa de direitos sociais. O segundo foi à elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – 2011 / 2013⁹, o Plano é marco orientador para intervenção das ações de assistência social no município e principalmente berço indicador para implantação de serviços nos territórios vulneráveis.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS

O estudo destaca a realidade de quatro territórios que estão localizados nos seguintes bairros: Cristo Redentor, Cruz das Armas, Ilha do Bispo e Mandacaru.

Segundo o censo 2010, a população desses territórios apresentam os seguintes indicadores.

Quadro 01 – Indicadores Populacionais dos Bairros Pesquisados

Bairros	População	Domicílios
Cristo Redentor	37.538	11.511
Cruz das Armas	25.549	7.949
Mandacaru	12.593	4.063
Ilha do Bispo	7.986	2.507

Fonte: Censo IBGE 2010

social e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. . (MDS, 2009, p.09).

⁸ Estudo coordenado pela Professora Aldaíza Sposati, Frederico Ramos, Dirce Koga, Marinalva Conserva, José Constatino Silveira e Alice Gambardella, no ano de 2010.

⁹ Elaborado na gestão da Secretária Marinalva Conserva⁹ em 2011. Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pesquisadora e estudiosa das redes sociais, sendo este tema objeto de seu doutoramento. Também idealizadora da Topografia Social da Cidade de João Pessoa, objeto de estudo de pós doutorado/ UFPB/PUC – São Paulo.

Os dados demonstram que os bairros do Cristo e de Cruz das Armas apresentam índices populacional mais acentuado, o que exigirá dos órgãos públicos um conjunto de intervenções públicas e privadas.

Ao mensurar a situação de vulnerabilidade social destes bairros, a topografia revela os seguintes indicadores sociais.

Quadro 02 – Perfil da População por Índice de Vulnerabilidade Social

TERRITÓRIO	VULNERABILIDADE				
	MUITO ALTA	ALTA	MÉDIA	BAIXA	MUITO BAIXA
CRISTO REDENDOR	17.786	6.079	13.238		
CRUZ DAS ARMAS	19.714	6.280	1.652		
MANDACARU	7.437	5.339			
ILHA DO BISPO	6.386	1.539			

Fonte: Topografia Social do Município de João Pessoa (2010)

Os dados revelam que nestes bairros a incidência da vulnerabilidade social se apresenta nos três níveis escalados, no entanto, é no bairro da Ilha do Bispo que a vulnerabilidade social se materializa quase que, na totalidade de sua população. Essa realidade pode ser inferida talvez pela falta de alguns equipamento públicos essenciais como por exemplo creches, unidades de qualificação profissional, centros de esporte, lazer e cultura entre outros.

4.2. A GESTÃO DAS REDES INTERSETORIAIS NOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS

A construção do trabalho em rede intersetorial teve seu início desde a implantação das unidades CRAS, pois no processo de instalação no território foi realizado o mapeamento de todos os serviços governamentais e não-governamentais existentes, o que possibilitou a construção de relações mais próximas entre as instituições e o CRAS.

Também se destaca o I seminário da rede local, promovido pelo CRAS¹⁰, cujo objetivo se funde na perspectiva de construir um trabalho setorial entre as instituições governamentais e não-governamentais, de modo que as demandas sociais do território fossem identificadas e resolvidas a partir da intervenção da rede.

Destaca-se nesse processo a percepção que os atores possuem sobre esse trabalho, em que a rede é então constituída de relações, vínculos que são estabelecidos com as políticas intersetoriais. Essa relação segundo Guará, “é um desafio, uma vez que implementar um projeto articulado e integrado, resulta em ações efetivas voltadas para o desenvolvimento” (GUARÁ, 2001, p. 02).

¹⁰ O I Seminário da rede local foi realizado em 2009, em todas as unidades CRAS. Foi uma ação implementada pela coordenação da proteção básica, na perspectiva divulgar o papel do CRAS na gestão territorial, bem como propor uma agenda compartilhada de ações entre as políticas públicas presente nestes territórios. Ressalta-se nesse momento a gestão da Assistente Social Waleska Ramalho, como gestora da Proteção Social Básica e Francisca Das Chagas como Diretora da Assistência Social de João Pessoa.

Cabe ainda ressaltar nas falas, que há uma busca para criação de vínculos e as relações sem perder sua essência, desbravar novos conhecimentos, fluir a circulação das ideias e propostas, de modo que a decisão coletiva seja expressa de forma concreta na direção do bem comum. Esse caminho é também entendido pela PNAS, como “uma alternativa na reconstrução das relações entre Estado e Sociedade, em busca de novas formas de democracia e gestão pública” (MDS, 2010, p. 77).

Também destaca-se que esse trabalho foi absorvido com restrita orientação técnica, apenas uma técnica salientou a formação na academia como suporte para este trabalho, a maioria dos técnicos se apropriou do trabalho na prática do cotidiano. A equipe passou a desenvolver sua ação com conhecimento ainda insuficiente, mas que não foi motivo para retroceder ao papel das unidades CRAS no território, porém essa incorporação do trabalho em rede sem capacidade técnica faz com que o processo de trabalho seja incorporado numa visão pessoal e não como de gestão de uma política.

As falas revelam o entendimento das equipes CRAS em exercer o papel prescrito no guia de orientação técnica, essa função se torna uma prática constantes nas unidades pesquisadas. É fundamental que os(as) trabalhadores(as) envolvidos na implementação do SUAS tenham clareza de sua função, como diz Paiva,

“[...]é ponto primordial, a apropriação teoricamente crítica e politicamente comprometida desses processos estruturais e de suas expressões cotidianas e locais, de forma que a ação dos serviços [...] se convertam em programáticas conscientização e organizadora das formas de luta e de transformação coletiva das condições de vida imediata das populações com as quais atuamos” (PAIVA, 2011, p.22).

Assim, a função de articulador das políticas setoriais se incorpora numa **nova pedagogia de trabalho** nas unidades, onde assistência social se desloca ao encontro das outras políticas setoriais para resolver determinadas demandas sociais. Essa prática, também reflete a conexão entre o que está prescrito nos manuais e a prática cotidiana, no entanto, essa pedagogia deve de acordo com Paiva, “consolidar politicamente os serviços, numa articulação orgânica com outras medidas complementares de garantia do exercício do protagonismo da população e da emancipação dos indivíduos e grupos sociais subalternos” (PAIVA, 2011, p.23).

No que se refere à resolutividade das demandas apresentadas pela população destacamos nas falas pontos elementares que confirmam a ausência por parte do Estado na garantia dos direitos sociais solicitados pela população, no qual termina por favorecer procedimentos que são incorporados através de relação pessoal e não institucional. Essa prática, segundo Sposati, contribui para que o Estado “permaneça no papel de coadjuvante que concede ajudas financeiras, subvenções e ações [...] sem alcançar o estatuto de regulador e responsável por garantir proteção social” (SPOSATI, 2007, p. 447).

Acreditamos também, que esse procedimento é intensificado pela ausência de um protocolo de gestão entre as políticas públicas, cuja ação deveria ser pautada no princípio da intersetorialidade, como instrumento de gestão da assistência social na perspectiva da proteção integral, já que nenhuma destas políticas, isoladamente, consegue dar respostas a todas as demandas, expressas e implícitas da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há pelo menos, duas décadas, o Brasil vivencia um processo intenso de aperfeiçoamento das conquistas sociais obtidas com a Constituição federal de 1988. Tais conquistas tem promovido um redesenho em todo sistema de proteção social em nosso país, elevando a assistência social á patamar de política pública de direito.

Entretanto, com a evolução da política, um novo contexto se instaura a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada no ano de 2004, Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada no ano de 2005 e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, aprovada no ano de 2009, tais instrumentos iniciarão um redesenho na forma de gestão, execução e qualificação dos serviços socioassistenciais.

O estudo das redes intersetoriais é uma proposta relevante e estratégica para o campo da política de assistência social e demais políticas públicas, pois a partir dela podemos ultrapassar o traço histórico de ações fragmentadas, sobrepostas e principalmente que não reconhecem os sujeitos em sua totalidade.

Os dados obtidos apontam indicadores relevantes na construção dessas redes a partir dos CRAS, a começar pelos *modus operandi* – do trabalho em rede, apesar de ainda se constituir como incipiente, essa ação está intimamente relacionada à integralidade, que se constitui numa perspectiva de proteção integral, portanto, no escopo para sua construção essa ação recai em grande parte como tarefa para os operadores dos serviços públicos, sem o suporte necessário dos gestores públicos.

A intersectorialidade entre as políticas sociais faz parte da responsabilidade da gestão municipal, regulada através da PNAS, NOB/SUAS, e de modo especial, na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, como garantia de proteção social no qual supõe a ruptura com ideias tutelares e de subalternidade, mas como conquista de condições de acesso a oportunidades, serviços, condições de convívio e socialização.

Esse modo de trabalhar, também é reafirmado na agenda de algumas políticas públicas com a saúde, a educação, ainda de modo preliminar, com o projeto mais educação. O que faz com que as redes nas políticas públicas sejam uma proposta desafiadora no campo dos serviços e na gestão dos territórios de proteção social.

É também imprescindível destacar que no processo de articulação intersetorial se faz necessário criar protocolos de gestão entre as políticas, este implica em construir e reconstruir formas de cooperação, atendimentos e serviços que possam garantir os direitos sociais. Assim, o olhar positivo para as diferenças que perpassam as políticas devem somar potencialidades na execução das ações.

O CRAS, na conjuntura atual, se torna ponto estratégico na gestão do SUAS pela sua identidade propositiva na articulação dessas ações, isto não só depende do que está prescrito nos manuais e nas resoluções, mas também da capacidade dos profissionais em atuar de forma propositiva e com olhar investigativo para os territórios onde existe situações de vulnerabilidade social da população.

E por fim, identificamos que ainda temos um Estado omissivo na garantia de prover os mínimos sociais, seja pela falta de provisão de equipamentos públicos e serviços nos territórios de proteção social, seja pela não garantia da resolutividade das demandas, ficando a cargo dos profissionais buscarem estratégias para assegurar ou viabilizar ao usuário a resposta de sua solicitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GUARÁ, I. M. F. R. et al. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: Ed. IEE, PUC-SP, 1998. 51 p. (Série programas e serviços de assistência social).
- HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade**. Rio de Janeiro, ADUFF, 1997.
- INOJOSA, R. M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade**. *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.
- _____. A intersectorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, mar./abr.1998.

- JEISS, A. F. U; KAUCHAKJE. S. **Rede no campo da assistência social em Colombo: estratégias e políticas.** Sociedade em debate, Pelotas. 2010.
- JUNQUEIRA, Luciano. **Descentralización, intersectorialidad y red en la gestión de la ciudad.** Revista del clad, N°. 12, venezuela. 1998.
- KOGA, Dirce. **O Território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social.** Caderno de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate. MDS, nº 2, Brasília, 2005.
- MINHOTO, L. D. E MARTINS, C. E. **As redes e o desenvolvimento social.** Caderno FUNDAP, nº 22, p. 81-101. São Paulo.2001.
- MORONI, J. A. E CICONELLO, A intersetorialidade nas Políticas Públicas. In: A. **CNAS VI Conferência Nacional de Assistência Social. Caderno de Textos,** Brasília, MDS/CNAS. 2007, p. 79-87.
- MUNIZ, E. SUAS e os serviços socioassistenciais. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano 26, n. 88, p. 139-159, nov. 2006.
- _____. **Qualificação dos Serviços Socioassistenciais para consolidação do SUAS e acesso aos direitos socioassistenciais.** Caderno de Texto da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. 2011.
- PAIVA. B.A. **Trabalhadores Sociais no SUAS:qual agenda construir?.** Caderno de textos da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. CNAS/MDS. 2011.
- PEREIRA, P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.
- SANICOLA. Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social.** São Paulo. Editora Veras, 2008.
- SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo. Hucitec, 1999.
- SPOSATI, A. O. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 112 p.
- _____. “Modelos Brasileiros de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes”. In. Curso de Formação de Multiplicadores – 1ª etapa, MDS, Brasília, 2007.
- _____. **Topografia Social da Cidade de João Pessoa.** RAMOS, Frederigo. KOGA, Dirce. CONSERVA, Marinalva. SILVEIRA, José. GAMBARDELLA. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2010.
- WHITAKER, Francisco. **REDE: UMA ESTRUTURA ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO.** revista MUTAÇÕES SOCIAIS, publicação trimestral do CEDAC, do Rio de Janeiro, Ano 2/nº 3/ março/abril/maio de 1993.